

Ser negra e professora de Computação: epistemologias insurgentes

Andreia Pinheiro dos Santos Silva¹, Ecivaldo de Souza Matos^{1,2}

¹Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

²Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

andreiapinheiro@ufba.br, ecivaldo@usp.br

Abstract. *This essay presents an intertwined position on initial findings from a qualitative study examining the development of the professional identities of Black women who teach Computer Science in the Recôncavo Baiano region of Brazil. Drawing on autobiographical and heterobiographical narratives, the study explores how racial and professional identities are constructed and renegotiated throughout their trajectories as students and educators within the field. Grounded in Black feminist thought, particularly in Conceição Evaristo's concept of "escrevivências", we understand the narration of lived experiences as both a political act and an epistemological practice of situated knowledge production. The findings suggest that the development of these women's professional identities occurs through an intersectional articulation of race, gender, and professional belonging, and that pedagogical practices are guided by social transformation. It is expected that this paper will contribute to ongoing debates on antiracist teacher education and broaden discussions on diversity and representation within Computer Science Education.*

Resumo. *Este ensaio apresenta posicionamento interseccionalizado pautado em resultados iniciais de uma análise qualitativa sobre o desenvolvimento das identidades docentes de mulheres negras que atuam como professoras de Computação na região do Recôncavo Baiano. A partir de narrativas autobiográficas e heterobiográficas, investigou-se como as identidades raciais e profissionais se constroem e se articulam ao longo de suas trajetórias enquanto estudantes e docentes da área. Fundamentado no pensamento feminista negro, especialmente no conceito de "escrevivências" proposto por Conceição Evaristo, o trabalho evidencia que narrar experiências vividas constitui um ato político e um processo de construção de conhecimento. Os resultados indicam que o desenvolvimento da identidade docente dessas mulheres ocorre de maneira interseccional, por meio da articulação dos marcadores de raça, gênero e profissão, e revelam práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. Espera-se que este artigo contribua para o fortalecimento de perspectivas formativas mais plurais e para a ampliação das discussões sobre diversidade na Educação em Computação.*

1. Introdução

No Brasil, apesar de avanços significativos em políticas de inclusão e ações afirmativas, a população negra ainda é amplamente sub-representada no ambiente acadêmico e profissional, principalmente em áreas como a Computação que ainda hoje é predominantemente ocupada por homens [Lobo et al. 2019]. Quando direcionamos o olhar para mulheres negras, a desigualdade se intensifica. As intersecções entre raça e gênero produzem barreiras estruturais que atravessam desde o seu acesso aos cursos superiores até a sua permanência e a progressão na carreira acadêmica e profissional [Campos 2024].

Nesse sentido, narrar nossas trajetórias constitui não apenas um gesto de resistência, mas também de produção de conhecimento situado, capaz de tensionar as estruturas raciais e de gênero que ainda organizam o campo da Computação no Brasil. Como afirma Hooks, “quando nos desafiamos a falar sobre nós com uma voz libertadora, ameaçamos até aqueles que podem a princípio afirmar que querem ouvir nossas palavras” [Hooks 2019, p. 55]. Ainda para a autora, o ato de nos colocarmos como sujeitas ativas, libertas das amarras que historicamente nos silenciaram, nos conecta com outras mulheres que, por vezes, possuem vivências semelhantes, mas se encontram invisibilizadas em diferentes contextos. São justamente essas mulheres que buscamos alcançar, professoras negras de Computação que, eventualmente, não se veem representadas, que não estão nos grandes centros de pesquisa, mas seguem no ambiente educacional, no *chão da escola*, contribuindo efetivamente ao ensino e à aprendizagem de Computação.

Nessa pesquisa, assume-se o lugar de docente negra na Computação, reconhecendo-nos como parte, o que se configura como uma maneira de ressignificar os modos de produzir ciência e tecnologia. Para isso, utilizamos, neste trabalho, a pesquisa narrativa, apoiada em duas práticas complementares: a da autobiografia, que pode ser definida como a escrita de si, e a heterobiografia, que está atrelada à escuta e à compreensão da narrativa produzida por outra pessoa [Vilela et al. 2021]. A partir da articulação dessas duas perspectivas metodológicas, consideramos não apenas as falas da participante da pesquisa, mas também a minha vivência enquanto mulher negra e professora de Computação.

A base teórica que sustenta as reflexões é composta pelas vozes de outras mulheres negras, como *Lélia Gonzalez* e *Conceição Evaristo*. Esta última nos apresenta o conceito de *escrevivências*, que nos convoca a refletir e reconhecer a importância de narrarmos nossas próprias histórias como um ato político, capaz de possibilitar a ocupação de espaços historicamente negados ao povo negro, especificamente à mulher negra no Brasil. Diante desse cenário de sub-representação e das múltiplas barreiras que atravessam a trajetória de mulheres negras na área da Computação, este artigo busca problematizar os processos por meio dos quais se constitui a identidade docente dessas professoras que atuam na Educação Básica, especialmente fora dos grandes centros acadêmicos.

Assim, a questão que orienta este trabalho foi a seguinte: *como a identidade docente de mulheres negras na Computação tem se construído em um campo historicamente marcado por desigualdades raciais e de gênero?*. A perspectiva foi de iniciar um processo de compreensão sobre como suas experiências formativas e profissionais, marcadas pelas intersecções entre raça e gênero no campo científico-tecnológico, produzem sentidos de pertencimento, permanência e atuação pedagógica. Ao articular narrativas autobiográficas e heterobiográficas, a pesquisa evidencia como essas trajetórias rompem com as

lógicas que historicamente organizaram a Computação como um espaço masculino e racialmente excludente, ao mesmo tempo em que afirmam outras maneiras de existir, ensinar e produzir conhecimento nesse campo.

2. Perspectivas teóricas: Colonialidade e Identidade na Computação

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Gomes afirma que a Lei Áurea não previa direitos básicos à população negra, como o acesso à terra, ao trabalho, à moradia digna, à educação e à assistência à saúde. Os padrões das relações sociais outrora estipulados se mantinham: “os negros nunca foram tratados como cidadãos”. A liberdade formal, tanto para eles quanto para seus descendentes, não significou uma oportunidade real de melhoria de vida [Gomes 2019, p. 24].

A abolição sem reparações perpetuou os padrões da sociedade escravocrata, mantendo mecanismos de inferiorização da população negra mesmo após a fragmentação formal desse sistema. Como destaca Souza, “O negro era enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado: de dócil, submisso e útil; enquanto o branco agia a autoridade característica da dominação senhorial” [Souza 2021, p. 49]. Nesse contexto, foram construídos discursos voltados à naturalização das desigualdades e à responsabilização da população negra por sua própria condição social.

Por isso, ainda hoje, pessoas negras são vistas, no imaginário social, como incapazes de ocupar espaços de poder, e essa hierarquização se reproduz por meio de dispositivos midiáticos, culturais e institucionais [Costa 2022, p. 153]. Ao dialogarmos com a noção de colonialidade do poder, proposta por [Quijano 2005], entendemos essa categoria como uma matriz que sustenta a ideia de raça como aspecto social estruturante da lógica colonial, demarcando os modos de produção e a disseminação de conhecimentos considerados verdadeiros e válidos. Para o autor, a colonialidade do poder sustenta-se no racismo como sistema de poder, que inferioriza corpos não brancos, influenciando também os modos de produção e de disseminação de conhecimentos considerados verdadeiros e válidos [Quijano 2005, p. 120].

Diante desse quadro, torna-se fundamental observar como essas estruturas se materializam na realidade concreta, especialmente ao analisarmos dados que evidenciam as desigualdades raciais nos espaços de formação e de atuação profissional. Dados do último Censo da Educação Superior (2010-2024) permitem observar, de forma mais ampla, como as desigualdades de raça e gênero atravessam o campo da Computação.

Nos cursos de Bacharelado na área de Computação no Brasil, pessoas pretas, pardas e indígenas correspondem a 35,4% das matrículas, enquanto pessoas brancas representam 52,2%, pessoas amarelas 1,9% e 10,5% não declararam raça/cor. Quando analisamos o recorte de gênero, a desigualdade torna-se ainda mais expressiva: as mulheres representam 14,9% do total de matriculados. Essa porcentagem é composta por 7,3% de mulheres brancas, 5,6% de mulheres pretas, pardas e indígenas, 0,4% mulheres amarelas e 1,6% não declararam raça/cor [Brasil 2024].

Esses dados evidenciam que, além da sub-representação feminina na Computação, há também um marcador racial que posiciona as mulheres negras em um lugar ainda mais periférico nesse espaço. Assim, os percentuais apresentados confirmam o que [Quijano 2005, p. 129] aponta: as hierarquias produzidas pela colonialidade do poder

não operam apenas de forma simbólica, mas continuam atingindo de maneira concreta o acesso, a permanência e as possibilidades de reconhecimento profissional das mulheres posicionadas como não brancas na hierarquia racial.

Quando falamos dos cursos de formação docente no Brasil, especificamente da Licenciatura em Computação, a realidade se inverte; a participação de pessoas pretas, pardas e indígenas acompanha a média nacional, representando a maioria no curso, cerca de 50,7% das matrículas, enquanto pessoas brancas correspondem a 33,9%, pessoas amarelas 1,8% e 13,6% não declararam raça/cor [Brasil 2024]. Ainda assim, a desigualdade de gênero permanece estruturante: as mulheres representam 32,7% do total de matriculados, enquanto os homens correspondem a 67,3%.

Ao fazermos o recorte conjunto de gênero e raça, temos 17,2% de mulheres pretas, pardas e indígenas, 10,5% são mulheres brancas, 0,6% amarelas e 4,4% não declararam raça/cor. 33,5% são homens pretos, pardos e indígenas, 23,4% são brancos, 1,2% são amarelos e 9,2% não declararam raça/cor. Esses dados indicam que, embora a Licenciatura em Computação acompanhe a tendência nacional de maior presença de estudantes pretos, pardos e indígenas nos cursos de formação de professores, a predominância masculina permanece como marca estrutural [Brasil 2024]. Diante desse cenário, torna-se fundamental produzir reflexões sobre as trajetórias de mulheres negras que ocupam esses espaços historicamente excludentes.

Conforme [Lima et al. 2015, p. 16], apesar do aumento da participação feminina na ciência e tecnologia, duas formas de sub-representação das mulheres nessa área são percebidas: a exclusão horizontal, que se refere à baixa presença feminina em determinadas áreas ou subáreas do conhecimento; enquanto a exclusão vertical aponta para a sub-representação das mulheres nos postos de maior prestígio acadêmico em todas as áreas do conhecimento, mesmo aquelas ditas femininas. Estudos como os de [de Oliveira Lobo et al. 2018] demonstram que a inserção de mulheres negras na área de Ciências e Tecnologias constitui um processo de autoafirmação identitária e de resistência que opera como estratégia de enfrentamento ao racismo e ao sexismo estruturais.

Em outro trabalho, ao investigarem as materialidades discursivas produzidas por mulheres negras na Computação, [Lobo et al. 2019] evidenciam narrativas marcadas por tensões, enfrentamentos e reconstruções identitárias. Na mesma perspectiva, [Matos et al. 2016] problematizam a presença de professoras negras na pós-graduação em Ciência da Computação, destacando a persistente sub-representação racial e de gênero nos níveis mais elevados da carreira acadêmica. Mais recentemente, [Barino et al. 2024] discutem ações voltadas ao empoderamento de meninas e mulheres na Computação, ressaltando a importância de políticas e iniciativas institucionais para ampliar o acesso e a permanência feminina na área.

Essas reflexões dialogam com a minha própria trajetória como estudante e docente (primeira autora deste artigo), marcada por experiências nas quais a colonialidade se expressa sob diferentes perspectivas: na linguagem acadêmica, na ausência de referências negras na área e na padronização de currículos que desconsidera territórios e vivências [Lima 2024]. Nesse contexto, ocupar o lugar de docente negra na Computação e entrelaçar a minha narrativa às narrativas das colegas professoras constitui um movimento de ruptura com a lógica de apagamento e uma forma de ressignificar os modos de

produzir ciência e tecnologia. Essa dimensão experiencial parece atravessar diretamente a construção da identidade docente.

Conforme argumenta [Dubar 1997], a identidade é construída desde a infância e continuamente reconstruída ao longo da vida, em um processo articulado entre o sujeito e o outro, baseado em interpretações e socializações. A identidade profissional, nesse sentido, não é fixa, mas resultado de negociações entre trajetórias individuais e expectativas institucionais. No caso das mulheres negras, essa construção é profundamente marcada por estruturas históricas que marginalizam sua presença nos espaços de saber e de poder [Carneiro 2002]. E, a partir disso, a sua identidade docente se constrói em meio a tensões entre pertencimento e exclusão, reconhecimento e invisibilidade, entre outros marcadores que se apresentam no decorrer desse processo. Desse modo, afirmar-se como docente negra nessa área implica, para além de exercer a função de profissional, também disputar sentidos sobre quem pode ensinar e produzir conhecimento.

2.1. Mulheres Negras na Computação

Historicamente, as mulheres desempenharam papel fundamental no desenvolvimento da Computação, sendo responsáveis pela produção de saberes e contribuindo de forma decisiva para os avanços na área. Contudo, a partir da década de 1980, com a valorização da Computação como área científica de prestígio, observou-se uma diminuição da presença feminina nesses espaços [Lobo et al. 2018].

Esse processo de apagamento foi ainda mais severo com as mulheres negras, que enfrentam, até hoje, segundo [Crenshaw 2013], múltiplas camadas de exclusão, sendo frequentemente excluídas de espaços de poder e prestígio em razão das opressões interseccionadas de raça, gênero e classe que não operam como marcadores isolados, mas como sistemas articulados de dominação, produzindo regimes específicos de marginalização. De modo complementar, [Carneiro 2015] destaca que o racismo estrutural no Brasil naturaliza desigualdades e opera de forma sistemática para excluir mulheres dos espaços de poder, incluindo universidades e o campo científico-tecnológico.

Os dados do Censo da Educação Superior reafirmam essa realidade ao indicar que apenas 22,2% dos docentes universitários em exercício se declaram pretos, pardos ou indígenas. Em contraste, 65,4% se declaram brancos, 1,5% amarelos e 10,9% não informaram raça/cor [Brasil 2024]. Esses números evidenciam que a sub-representação de pessoas negras não se limita ao acesso à formação, mas se intensifica nos níveis de maior prestígio e estabilidade acadêmica. Quando realizamos o recorte de gênero e raça, torna-se ainda mais desigual: mulheres pretas, pardas e indígenas representam apenas 6,9% do corpo docente, enquanto mulheres brancas correspondem a 23,5%, mulheres amarelas a 0,5% e 3,5% das docentes não declararam cor/raça [Brasil 2024].

A partir desses dados, percebemos como a desigualdade se apresenta de forma incisiva no que se refere à presença de mulheres negras na docência no ensino superior, cuja inserção continua condicionada por barreiras históricas. Esse cenário evidencia, como afirma [Gonzalez 2020], que “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” [Gonzalez 2020, p. 58]. É nessa perspectiva que pesquisas têm demonstrado a importância de termos trabalhos que referenciem as contribuições e a participação de mulheres negras na área de Computação. Por exemplo,

[de Oliveira Lobo et al. 2018], que evidenciam como a efetiva participação de mulheres negras na área constitui um processo de autoafirmação identitária e de resistência ao racismo e ao sexismo estruturais.

Em outra pesquisa, as autoras [Lobo et al. 2019] apresentam as forças ideológicas que atravessam as narrativas de duas mulheres negras, considerando como seus corpos e trajetórias são simbolicamente construídos em contextos profissionais marcados por mecanismos excludentes que fragmentam identidades de gênero e raça. Por sua vez, [Matos et al. 2016] problematizam a presença de professoras negras na pós-graduação em Ciência da Computação, destacando a persistente sub-representação racial e de gênero nos níveis mais elevados da carreira acadêmica. Nesse contexto, o artigo apresenta uma pesquisa em andamento que busca identificar e analisar a atuação de mulheres negras como professoras em programas de pós-graduação em Ciência da Computação no Brasil.

Já [Barino et al. 2024] apontam contribuições para a promoção da equidade de gênero nas ciências e, em especial, na Computação, por intermédio do projeto *Include Meninas*, desenvolvido ao longo de dois anos com o objetivo de desconstruir estereótipos e promover o empoderamento de meninas e mulheres na Computação. As ações desse projeto envolveram atividades com estudantes e professoras de escolas públicas, além de estudantes e docentes da graduação, majoritariamente pessoas pardas e pretas. Considerando a importância dos estudos apresentados e de suas problematizações, esta pesquisa toma tais contribuições como base. Entretanto, se diferencia ao articular identidade racial, trajetória e prática pedagógica no contexto da Educação Básica, buscando evidenciar como essas experiências atravessam e transformam o ensino de Computação, a partir da perspectiva de duas professoras negras.

3. Percurso Metodológico

A pesquisa foi conduzida sob o método conhecido como Pesquisa Narrativa (PN), abordagem qualitativa que possibilita compreender histórias de vida, crenças, experiências acadêmicas e profissionais das participantes, bem como práticas pedagógicas influenciadas por seus contextos socioculturais, políticos e históricos. A PN oferece suporte à construção de evidências histórico-subjetivas, contribuindo para a compreensão dos processos de constituição identitária [Clandinin and Connelly 2015].

Assim, a narrativa se constitui como principal elemento metodológico da pesquisa, articulada à pesquisa autobiográfica, uma vez que a minha voz (primeira autora), como professora de Computação, também o compõe. Como destaca [Perazzo 2015], ao narrar a sua trajetória, cada sujeito se revela como autor/a e, ao mesmo tempo, testemunha da própria história.

Esta pesquisa teve a proposta submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, em conformidade com as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos.

Após a aprovação, iniciamos a etapa de produção de dados por meio de entrevistas narrativas com cinco professoras negras que atuam na região do Recôncavo Baiano. Entretanto, neste trabalho, apresentamos um recorte do material produzido, selecionando parte dos relatos analisados de uma das participantes. A partir das experiências narradas, buscamos compreender como essas mulheres constroem suas identidades e realidades,

pois “A narrativa articula a experiência individual com a história cultural da humanidade, sendo uma forma de partilhar o mundo vivido. Isso faz com que a ação narrada possa ser, concomitantemente, entendida como individual e única, mas também coletiva e produzida entre pares” [Rios 2021].

A entrevista narrativa foi escolhida como instrumento de coleta de dados por possibilitar, conforme destacam [Batista et al. 2017], o aprofundamento dos sentidos atribuídos às respostas, além de permitir a observação de expressões verbais e não verbais que enriquecem a compreensão das experiências relatadas. Após a realização das entrevistas, procedeu-se à análise interpretativa das narrativas aqui apresentadas, compreendendo-as como expressões de trajetórias que articulam identidade, docência e resistência no campo da Computação.

O referencial teórico que sustenta esta investigação, apoia-se nas contribuições de pensadoras negras que discutem identidade, racismo estrutural e resistência. Bell Hooks nos auxilia nas reflexões sobre o silenciamento e a marginalização das experiências de mulheres negras nos espaços educacionais, convidando-nos a reconhecê-los também como espaços de resistência [Hooks 2013].

Sueli Carneiro evidencia o racismo institucional que atravessa a trajetória profissional e pessoal de mulheres negras [Carneiro 2015], enquanto Lélia Gonzalez contribui para uma leitura cultural e política da identidade negra, valorizando saberes e práticas ancestrais [Gonzalez 2020]. Juntas, essas autoras fundamentam teoricamente a escuta, a análise e a interpretação das narrativas apresentadas.

Embora esta investigação se baseie em narrativas autobiográficas e na escuta de experiências vividas, houve o cuidado de preservar a identidade da participante por meio do uso de pseudônimo, bem como de omitir informações que pudessem identificar instituições ou sujeitos mencionados em situações de tensão ou discriminação.

4. Narrar para Reexistir

Iniciamos esta etapa do artigo colocando-nos como parte da pesquisa, em especial a primeira autora, uma mulher negra que, em alguns momentos, dissertará na primeira pessoa do singular.

Entrelaço a minha fala à da entrevistada, a quem chamarei de Carolina, em referência à escritora e poeta Carolina Maria de Jesus. Ao articular nossas vivências, não busco torná-las iguais, mas evidenciar pontos de encontro produzidos por marcadores sociais comuns que atravessam nossas trajetórias. Esse movimento dialoga com o conceito de *escrivência*, que se apresenta como “um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças” [Evaristo 1996, p. 30].

Assim, ao narrarmos nossas trajetórias, colocamos nossas existências no campo do conhecimento, transformando nossas memórias em produção epistemológica, especialmente as de mulheres negras, cujas histórias foram silenciadas. Antes de iniciarmos esse momento, é necessário caracterizar o lugar de onde falamos. Somos filhas do Recôncavo Baiano, oriundas de cidades diferentes, mas ligadas pelo senso de pertencimento a esse território. O Recôncavo Baiano é uma região de significativa importância histórica, cul-

tural e social para o Brasil, com população majoritariamente negra [Matos 2012].

Além disso, o Recôncavo ter a maioria da sua população negra é fruto do apagamento dos povos originários e da relevância estratégica da região, que favoreceu sua ocupação pela Coroa portuguesa, permitindo um intenso volume de tráfico negreiro. O autor também evidencia que “Esse contexto que perdurou por séculos criou um amálgama cultural muito próprio ao Recôncavo, derivando em manifestações que se sustentam como patrimônio e resistência ainda neste século XXI” [Andrade and Lima 2025, p. 3]. É a partir desse lugar repleto de referências e de resistência que falamos. Assim, discutir sobre a docência de mulheres negras na Computação que atuam no Recôncavo e em outras regiões distantes dos polos hegemônicos é um movimento fundamental, pois evidencia que essa área também é exercida e transformada por mulheres negras longe dos grandes centros urbanos.

Iniciei a entrevista, perguntando a Carolina como ocorreu a sua escolha pelo curso de Computação, ao que ela respondeu:

“Entreí no curso porque era o que dava para fazer no momento. Se eu fosse escolher, seria Fisioterapia. Eu nem sabia, na verdade, o que era a Computação, e fui mesmo assim. Nós mulheres negras e periféricas, não temos muitas escolhas, principalmente no meu caso que já tinha um filho” (Carolina).

A fala de Carolina evidencia como as trajetórias educacionais de mulheres negras são atravessadas por barreiras que, por vezes, limitam suas escolhas. Sobre isso, [Carneiro 2019] afirma que, ao considerarmos mulheres e homens brancos e negros, são as mulheres negras que têm menores oportunidades de mobilidade social e de empregabilidade em razão da discriminação racial. Segundo a autora, é por esse motivo, que nenhum marcador isolado é capaz de explicar as singularidades das opressões vivenciadas por mulheres negras, uma vez que essas experiências são atravessadas pela intersecção entre raça, gênero e classe [Carneiro 2019, p. 55]

Reconheço traços da minha própria trajetória nesse relato, pois a possibilidade de permanecer em minha cidade de origem e sem custos adicionais foi determinante para que eu optasse pela Licenciatura em Computação. Como aponta [Gonzalez 2020], as experiências de mulheres negras *amefricanas* são marcadas por decisões voltadas à sua sobrevivência, e não por escolhas plenamente livres. Sobre a pertença em relação a área, Carolina afirma:

“Desde o primeiro semestre da graduação, não me sentia pertencente àquele espaço. Havia um sentimento de não pertencimento, eu olhava para os lados e não me via, faltava alguma coisa, e só com o tempo eu fui perceber que faltava gente preta como eu. Na minha sala éramos cinco, três homens e duas mulheres negras e logo nos juntamos.” (Carolina)

Eu me vejo, de certo modo, na fala de Carolina. Também experimentei essa sensação. Não por falta de colegas negros — éramos muitos — mas pela falta de professores negros. Todo o corpo docente era branco, e isso me atravessava de uma forma que eu não imaginava. Essa ausência de representatividade reflete a sub-representação de pessoas negras em posições de liderança acadêmica.

Esse estranhamento vivenciado por nós, pessoas negras em espaços institucionalmente brancos, é referenciado por Hooks, ao afirmar que, mesmo após a diminuição das opressões e da exploração racista após o fim da escravidão, a supremacia branca ainda hoje estrutura posições na sociedade, principalmente de pessoas negras e de todas as pessoas não brancas. Ainda segundo a autora, o ambiente universitário configura-se como espaço em que essa realidade se evidencia [Hooks 2019, p. 55]. Quando questionada se em algum momento se sentiu pertencente, Carolina relata:

“Comecei a me sentir de fato parte do curso quando me tornei bolsista e pude participar do grupo de pesquisa.”(Carolina)

Meu caminho foi semelhante. Passei a me enxergar como futura professora de Computação ao participar de eventos e projetos institucionais. Com o tempo, também pude compreender que ensinar Computação não precisa ser um ato neutro ou estritamente técnico, o que tornou a caminhada mais leve. Sobre a pós-graduação, Carolina afirma:

“Quando terminei a faculdade, passei logo no mestrado. Foi motivo de orgulho para mim; eu já me entendia como professora e vi no mestrado uma oportunidade de me aperfeiçoar. Foi também no mestrado que eu comecei a me reconhecer como mulher negra.”(Carolina)

Ao refletir sobre esse reconhecimento, ela completa:

“Eu sempre soube que era uma pessoa negra, mas me reconhecer e me colocar nesse lugar é diferente. Foi na pós-graduação que comecei a estudar autores negros, entender a importância de ocupar espaços e a trazer essa vivência para a minha prática enquanto professora.”(Carolina)

Nota-se que, mesmo havendo concluído um mestrado também na área da Computação, foi no ambiente da pós-graduação que Carolina se sentiu pertencente à área e passou a entender o lugar que ocupava. Esse movimento dialoga com [Kilomba 2020]; a autora afirma que tornar-se sujeito em espaços de poder exige não apenas acesso institucional, mas também a reconstrução simbólica de si frente às narrativas coloniais que insistem em negar a intelectualidade negra [Kilomba 2020, p. 69].

Sobre sua atuação docente, Carolina menciona:

“Assim que saí da graduação comecei a dar aula, e isso foi muito importante porque eu não me sentia capaz. Quando comecei a ir para a sala de cursos técnicos eu vi que conseguia, foi muito leve; não enfrentei problemas com os estudantes, pelo contrário, todos me receberam muito bem e eu tentava fazer com que a aula fosse a mais prazerosa possível. Depois de um tempo, com a minha entrada no mestrado, também comecei a atrelar as minhas leituras a minha prática enquanto professora de Computação.”(Carolina)

Como Carolina, também não enfrentei problemas relacionados à aceitação pela turma. No entanto, minhas primeiras aulas eram frequentemente acompanhadas por reações de surpresa por parte dos estudantes, seguidas de comentários como: “Nunca tive uma professora aqui no curso”. Essas falas evidenciam a raridade da presença de mulheres negras na docência em Computação e revelam como nossos corpos ainda são percebidos como exceção nesses espaços.

Retomando a entrevista com Carolina, ao ser questionada sobre o movimento de associar suas leituras aos conteúdos técnicos, ela responde:

“Em um primeiro momento é muito difícil pensar em falar de negritude, falar de raça nas aulas de banco de dados por exemplo. Mas eu comecei a perceber que minha prática mudou quando passei a me enxergar como referência para os meus alunos. Não era só ensinar programação, era mostrar que a Computação também pode ser um espaço nosso. Eu fazia isso trazendo referências de pesquisadores, trazendo as questões para a realidade dos estudantes. Isso também é uma prática decolonial e antirracista.” (Carolina)

“Eu percebia como eles conseguiam compreender com mais facilidade porque estava adequado à realidade deles. A partir disso, se tornou uma prática nas minhas aulas — é difícil, não posso negar —, mas tento associar a todo momento a minha vivência enquanto mulher negra e as minhas leituras ao que eu faço em sala.”(Carolina)

A minha prática docente também se articula com a de Carolina. Reconheço como a docência se transforma quando passamos a compreender nossa presença como um ato político. Eu também reorganizei minhas aulas ao entender que era necessário problematizar o currículo e os referenciais que sustentam a área. Ao incorporar contribuições de pesquisadores negros e aproximar os conteúdos da realidade sociocultural dos estudantes, percebi que minha prática deixava de ser apenas técnica e se tornava formativa no sentido crítico, transformando a sala de aula em espaço de reconstrução de currículos e metodologias, a partir da escuta, da memória e da ancestralidade dos estudantes.

Como exemplo desse movimento, destaco as discussões sobre sistemas de reconhecimento facial, cujas pesquisas relatam taxas de erro mais elevadas na identificação de pessoas negras. Esse dado evidencia que os algoritmos não são neutros, mas refletem os dados e as estruturas sociais que os produzem. Ao trazer essas problematizações para a aula, convido os estudantes a pensar a Computação de uma perspectiva que vai além da dimensão técnica, compreendendo que decisões relacionadas à coleta, à classificação e ao tratamento de dados carregam implicações éticas e políticas.

Segundo [Ribeiro 2018], o racismo e o sexismo se refletem em quem tem acesso e poder sobre as tecnologias, perpetuando desigualdades estruturais que afetam as mulheres negras em áreas que vão desde a educação até o mercado de trabalho tecnológico. É por esse motivo que as discussões sobre gênero e raça precisam ser levadas para todos os âmbitos da vida social, inclusive para os espaços acadêmicos e profissionais da Computação.

Por fim, sobre ser professora de Computação, Carolina afirma:

“Ser uma mulher negra, mãe e professora de Computação para mim, é sinônimo de orgulho e resistência. Sei o quanto caminhei para estar aqui e como sirvo de exemplo para minha filha, e para os meus alunos. Tento a todo momento fazer com que eles entendam que também podem ocupar esses espaços.”(Carolina)

A entrevistada complementa:

“Eu hoje não me vejo em outro lugar, sei das dificuldades que passei, do que precisei deixar para trás, mas eu amo o que faço, talvez se tivesse ido pelo caminho da Fisioterapia, não estaria tão feliz.” (Carolina)

Para mim, ser professora de Computação é transformar a experiência de estar em sala de aula. A cada turma, a cada atividade, encontro novas possibilidades de dialogar com os estudantes e de construir, com eles/as, um aprendizado aberto, acessível e significativo. Hoje, reconheço a minha presença na docência como uma resposta à pergunta que tanto me acompanhou na graduação: “esse lugar é para mim?”. Sim, é! E também pode ser para tantas outras pessoas que ainda não se veem nesses espaços.

5. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo apresentar uma reflexão epistêmica e “escrivida”, a partir da perspectiva narrativa autobiográfica, sobre como duas professoras negras se percebem no contexto da docência em Computação. Para isso, utilizamos a pesquisa narrativa, articulando autobiografia e a heterobiografia como práticas complementares que permitiram entrelaçar memória, identidade e prática pedagógica.

Ao longo do texto, evidenciamos que a presença de mulheres negras na docência em Computação não se restringe a um aspecto de representatividade numérica. Trata-se de desaprender o que nos foi apresentado como único caminho possível e reconstruir, a partir das margens, novas possibilidades de ensinar, aprender e existir na área. Quando ocupamos espaços que nos foram sistematicamente negados, reafirmamos a legitimidade de saberes produzidos a partir de experiências interseccionais de raça e gênero.

Nesse contexto, a presença de mulheres negras na docência em Computação se constitui como um ato político de ruptura dos estereótipos estruturais. Trata-se de desaprender o que nos foi apresentado como único caminho possível e reconstruir, a partir das margens, novas possibilidades de ensino, de aprendizagem e de existência. Quando ocupamos espaços que historicamente nos eram negados, desafiamos a lógica colonial que ainda estrutura nossas instituições e produzimos saberes outros, que precisam ser reconhecidos, valorizados e multiplicados. Para mim, narrar a trajetória de Carolina junto (e entrelaçada) à minha própria trajetória se apresenta como um gesto de resistência e afirmação.

Uso de Inteligência Artificial

Durante o processo de escrita e revisão deste artigo não foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial. As narrativas, dados da pesquisa, bem como as análises, interpretações e conclusões apresentadas são de responsabilidade exclusiva dos autores, estando fundamentadas nos referenciais teóricos utilizados.

Referências

- Andrade, A. B. and Lima, G. A. (2025). Escravidão no recôncavo baiano. memória e resistência de mulheres negras no brasil. *PatryTer*, 8(16):1–16.
- Barino, R. et al. (2024). Sim, nós podemos: ações para empoderamento de meninas e mulheres na computação. In *Women in Information Technology (WIT)*, pages 47–58. Sociedade Brasileira de Computação.

- Batista, E. C., Matos, L. A. L. d., and Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3):23–38.
- Brasil (2024). Censo da educação superior 2010–2024: Painel interativo de dados. Acesso em: 10 nov. 2025.
- Campos, L. A. (2024). Racismo no brasil: De hipótese a premissa, sem passar por objeto. *Tempo Social*, 36(2):13–35.
- Carneiro, S. (2002). A batalha de durban. *Revista Estudos Feministas*, 10(1):209–214.
- Carneiro, S. (2015). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Carneiro, S. (2019). *Escritos de uma vida*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Clandinin, D. J. and Connelly, F. M. (2015). *Narrative inquiry: Experience and story in qualitative research*. Editora da Universidade Federal de Uberlândia/MG.
- Costa, A. C. G. (2022). Indústrias de mídia e racismo: Vidas negras no submundo da sociedade midiaticizada. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, 24(1):147–168.
- Crenshaw, K. W. (2013). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In *The public nature of private violence*, pages 93–118. Routledge.
- de Oliveira Lobo, M. M., Medeiros, K. d. S. F., and Maciel, C. (2018). Mulheres negras na computação e tecnologias: autoafirmação identitária e resistência. In *X Congress of Latin American Women in Computing (LAWCC)*, pages 1–8.
- Dubar, C. (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto Editora.
- Evaristo, C. (1996). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (mestrado em literatura brasileira), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Gomes, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*, volume 1. Globo Livros, Rio de Janeiro.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Companhia das Letras.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes, São Paulo.
- Hooks, B. (2019). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante, São Paulo.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lima, B. S., Braga, M. L. d. S., and Tavares, I. (2015). Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *Gênero*, 16(1):11–31.
- Lima, J. (2024). No brasil, mulheres representam apenas 16,5% dos estudantes em cursos de ti. Acesso em: 20 jun. 2025.

- Lobo, M. M., Ribeiro, K., and Maciel, C. (2019). Materialidades discursivas de mulheres negras na computação. In *Women in Information Technology (WIT)*, pages 89–98. Sociedade Brasileira de Computação.
- Lobo, M. M. d. O., Figueiredo, K. d. S., and Maciel, C. (2018). A mobilização de resistência das mulheres negras na computação e tecnologias. In *Workshop sobre Mulheres na Informática (WIT)*. Sociedade Brasileira de Computação.
- Matos, A. N. (2012). Trabalho, identidade e processos de mudança: etnografia de uma comunidade do recôncavo baiano. Master's thesis, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Dissertação (Mestrado em Administração).
- Matos, E. S. et al. (2016). Professoras negras na pós-graduação em ciência da computação: uma proposta de pesquisa. In *Women in Information Technology (WIT)*, pages 83–86. Sociedade Brasileira de Computação.
- Perazzo, P. F. (2015). Narrativas orais de histórias de vida. *Comunicação & Inovação*, 16(30).
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Buenos Aires.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Rios, J. A. V. P. (2021). *Profissão docente em questão*. EDUFBA.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Companhia das Letras.
- Vilela, E. G., Borrego, C. L., and Azevedo, A. B. d. (2021). Pesquisa narrativa: uma proposta metodológica a partir da experiência. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, 6(12).